

Apresentação

Das formas de violência no Brasil contemporâneo

Forms of violence in contemporary Brazil

LUCIANE SOARES DA SILVA

com a colaboração de

VERA TELLES

INTRODUÇÃO

Este dossiê surge das discussões feitas no Núcleo de Estudos Cidade, Cultura e Conflito (NUC) e das inquietações de meu retorno ao campo nas favelas do Rio de Janeiro. As mudanças nos repertórios de violência — não só nas favelas cariocas, mas em questões mais amplas após 2018 — foram compartilhadas com Vera Telles no momento em que dei início ao pós-doutoramento sob sua supervisão na Universidade de São Paulo (USP). Nosso diálogo se iniciou em 2017 em reflexões sobre as configurações de periferia no Rio de Janeiro e em São Paulo. Desde então, tenho estreitado laços com a produção paulista sobre o tema destes territórios e das formas de vida ali presentes. Venho tentando localizar, nas tramas cotidianas, mudanças e permanências nas lutas, perdas, injustiças, formas de ordem e desordem e tantas outras questões que aparecem quando estamos realizando nossos campos de pesquisa. Foram as dúvidas e inquietações deste diálogo que possibilitaram a construção deste dossiê.

A intensificação das operações policiais no Rio de Janeiro e de sua letalidade nas favelas cariocas, a presença expansiva das milícias as periferias da cidade, os entraves à participação popular na demanda por respeito aos direitos humanos foram temas de

interesse no lançamento da proposta sobre um dossiê que tratasse desta temática no Brasil contemporâneo. Em resposta ao chamado às contribuições, este dossiê contempla artigos que tratam de pesquisas recentes desenvolvidas por jovens pesquisadores. Para contribuir com o debate sobre os desafios hoje postos no cenário brasileiro, foram convidados autores que, contando com uma larga trajetória de pesquisa e reflexão sobre esses temas, são referências incontornáveis para os pesquisadores neste campo de pesquisa. O dossiê, portanto, reúne diferentes gerações, e esta é uma de suas virtudes. A entrevista realizada com o professor José Vicente Tavares dos Santos nos entrega elementos preciosos para refletir sobre os caminhos entrecruzados de formação e trajetórias de pesquisa. Por sua vez, o artigo de Paulo Castro com Michel Misse e o de Rodrigo Ghiringhelli com Laura Hypolito nos entregam contribuições e chaves analíticas que podem ser tomadas como um pano de fundo para maioria das pesquisas aqui apresentadas, seja para pensar os sistemas de punição, a seletividade e o racismo, seja para pensar as armas de fogo, a guerra às drogas e as mudanças territoriais na articulação das formas de ganho nos mercados ilegais.

A partir de pesquisas empíricas é possível repensar o axioma do monopólio da violência legítima do Estado, conceito que tem balizado importantes debates sobre ordem, legalidade, acesso a cidade. Igualmente importante é a problematização das formas de controle e punição no Brasil pós-redemocratização. Somos desafiados à teorização e produção de pesquisa empírica nas ciências sociais neste início de século — desafios quanto às grades analíticas para interpretar um país cada vez mais urbano, com problemas básicos de acessos aos bens públicos, justiça, transporte, trabalho, moradia.

Tomar o território enquanto objeto de observação nos permite questionar o lugar do Estado como detentor do monopólio de violência legítima (Weber). A infinidade de novos arranjos de domínio (não raro com emprego de força e formas de dominação que incluem o extermínio) em um mundo globalizado redefine o lugar e o poder do Estado nestes novos tempos. É a partir destas articulações que novas formas de dominação operam alternando uso de violência e ampliação dos direitos. É nesta dinâmica que as pesquisas deste dossiê justificam a necessidade de seguirmos repensando teoria e método.

Para além disto, após o golpe de 2016, fomos obrigados a voltar nosso olhar para um passado não resolvido: a eleição de Jair Messias Bolsonaro, deputado que usou o momento de seu voto pela abertura de processo contra presidenta Dilma Rousseff para homenagear o torturador Carlos Brilhante Ustra. Seu discurso sádico era endereçado à presidenta do país, mas tocava a vida de milhares de famílias que viveram o morte e o

desaparecimento de familiares durante os anos de chumbo. Antes mesmo de sua eleição, o clima político atingiu picos de violência perturbadores. A morte do mestre Moa do Katende foi uma entre tantas outras motivadas por discussões políticas.

Em março de 2018, sob o governo Michel Temer, vivemos mais uma intervenção federal a partir do decreto 9.288, que dava ao general Walter Braga Netto domínio sobre a área de segurança pública. Findada a era dos “megaeventos”, o país retomava e dobrava a aposta na força (militar) para a manutenção da ordem pública. O entusiasmo com as unidades de polícia pacificadora diminuía, principalmente aos olhos da opinião pública. O projeto, saudado como uma experiência a ser replicada em outros estados, carecia de estrutura, efetivo e não parecia conseguir pacificar áreas como a Rocinha e o Complexo do Alemão, mostrando sua limitação em favelas de maior densidade demográfica. O ano iniciava com uma rebelião no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, uma quase rebelião em Bangu IV. A disputa faccional deixaria 14 mortos em Fortaleza, onde a superlotação prisional intensificava a percepção do desafio posto ao Estado quanto às formas de punição, tema do qual trataremos neste dossiê. Em 14 de março, a vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes foram fatalmente alvejados na rua Joaquim Palhares, centro do Rio de Janeiro. O caso Marielle completará 8 anos em 2025 sem que o desvendamento de toda a trama envolvendo motivações e mandantes tenha sido finalizada. Mas a partir deste caso e do resultado das investigações, foi possível compreender a existência de uma rede que chega ao parlamento e as possíveis implicações da ação destas redes em um problema crescente no Rio de Janeiro: o aumento do poder das milícias. Não apenas na cidade, mas também em outros municípios.

A eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, intensificaria o que Adorno (2022) e outros tantos pesquisadores apontaram como um processo de radicalização política na sociedade brasileira. Esta radicalização manifestou-se não apenas em formas de violência física (as mulheres foram especialmente vítimas de agressões e xingamentos em atos como “Ele Não”), mas em discursos inflamados em favor da tortura, morte de inimigos políticos e defesa da diminuição de espaços para as lutas por direitos humanos e de minorias. O volume 15 da Revista Terceiro Milênio tratou da pandemia de Covid 19. Os artigos explicitaram os desdobramentos da pandemia no país. Para efeitos de compreensão da radicalização política (a da violência política ainda em curso), destacamos o negacionismo irradiado a partir de setores do governo e as mortes decorrentes da gestão federal. A relação entre política, religião e ideologia tornou-se marca de gestões (municipais, estaduais e na esfera federal), e o uso eleitoral destas narrativas foi evidente. Em alguns contextos,

particularmente nas redes sociais, o tom de “cruzada civilizatória” era empregado para separar grupos com base em uma maior ou menor adesão aos conteúdos cada vez mais radicalizados. Todo este processo foi acompanhado de muitos conflitos e rupturas, especialmente familiares, de trabalho e vizinhança. Igualmente importante, o tema das armas será tratado neste dossiê. Suas consequências vão muito além do discurso liberal sobre direitos do cidadão (como apareceram e ganharam força em falas cotidianas).

Abrimos o dossiê com a entrevista ao professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul José Vicente Tavares dos Santos. Realizando uma bem-vinda quebra de protocolo, reunimos nesta entrevista três ex-orientandos que conviveram longamente com “Zé Vicente”. As memórias de sua geração de pesquisadores nos estimulam a seguir em frente olhando o mundo sem esquecer a América Latina — o Brasil, especialmente — e os desafios diante das mudanças globais. Seria possível pensar a partir desta entrevista como biografias, encontros, produções, livros, lutas políticas, construção de pesquisas e impacto sobre políticas públicas, todos estes elementos acabam por formar o campo dos estudos sobre violências, crimes, conflitualidades, formas de punição no século XXI. Referências a fatos políticos, sociologia e literatura tornam esta entrevista importante como um possível itinerário de formação sociológica para as novas gerações. Arte e ciência não se separam no olhar que o pesquisador curioso lança sobre um mundo que “cambia”. Entre críticas e possibilidades, esta entrevista explicita o encontro de duas gerações, o afeto entre alunos e seu mestre e a necessidade de seguir incorporando novos saberes a nossa imaginação sociológica

O primeiro artigo apresenta pesquisa realizada por Paulo de Castro e Michel Misse sobre o jogo do bicho no Rio de Janeiro. Ao realizar uma reconstrução histórica das formas de dominação territorial operadas pela cúpula do jogo do bicho, os autores avançam até a contemporaneidade destacando o uso da violência (incluindo assassinatos) para manutenção de domínio sobre o território. Além disto, o artigo descreve a capacidade de adaptação aos novos tempos e tecnologias dos jogos de azar ao tempo em que se mantêm traços de uma longa tradição como base não apenas dos conflitos atuais, mas dos arranjos que garantem permanências do poder entre as famílias de tipo mafioso que organizam uma das mais longevas formas de ação operadas na ilegalidade da qual temos conhecimento no Brasil.

Rodrigo Ghiringhelli e Laura Hypolito recortam o período da redemocratização a partir da Constituição de 1988 (Constituição Cidadã) para problematizar continuidades e

rupturas nas formas de punição. Trata-se de um país majoritariamente urbano, saído recentemente de um regime de exceção e tendo de enfrentar representações e dados alarmantes sobre criminalidade. Apoiados em Bourdieu e Garland e nas observações sobre as políticas de controle criminal, os autores apontam as insuficiências do Estado na condução de políticas públicas eficazes na resolução das questões criminais. De forma quase pendular, entre a defesa dos direitos humanos (não efetivados) e o aumento dos indicadores de criminalidade, o Brasil torna-se um caso importante nos anos 2000 para pensar as políticas de encarceramento, o populismo penal e as políticas de proteção aos direitos fundamentais. Analisa os governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro quanto às políticas nas áreas de segurança pública e política penitenciária — explicitando como, após as eleições de 2018, vivemos sob uma “tendência antimoderna” ainda em vigor mesmo após o fim do governo Bolsonaro.

Ana Luisa Barreto observa que o período da redemocratização foi marcado por mudanças sociais importantes. O título de Constituição Cidadã expressa centralidade dos movimentos sociais na construção do texto constitucional. Mas observa “o endurecimento nas políticas de controle no campo da ‘guerra às drogas’”. Situa historicamente o aparecimento das primeiras posturas municipais de criminalização da maconha relacionando seu uso à população negra, seguindo legislações ao longo das décadas para situar um mesmo perfil repetidamente preso pelo Estado. A autora chama atenção para o aumento dos tipos penais relacionados ao tráfico de drogas e como isso possibilita e exercício cotidiano de arbitrariedades policiais e judiciais. Assumindo que há uma divisão do trabalho nas ações envolvendo tráfico de drogas, afirma que os tipos criminalizados excluem aqueles que exploram “a força de trabalho do mercado da droga ilícita”. Para agravar o quadro, a “distinção traficantes-usuários” amplia a discricionariedade que agentes da segurança pública empregam de acordo com suas próprias avaliações, o que acaba por produzir violência e abuso policial. Ana Luísa apresenta exemplos empíricos de como as legislações podem ser interpretadas em diferentes situações cotidianas quanto ao uso/tráfico. E afirma que existe uma diferença entre aqueles (na maioria homens) que são ou não punidos de acordo com sua classe social e raça.

A contribuição de Roberto Uchôa trata do tema da masculinidade e de suas implicações no uso e desejo por armas de fogo. Apresenta um “tipo-ideal” mediano de homem no qual características como agressividade e controle das emoções se relacionam ao desejo pela compra de armas. Apresenta dados que indicam o aumento de mortes por armas de fogo desde 1980. Em 2020 o Brasil foi responsável por 20,4% dos homicídios

ocorridos no mundo. Sua pesquisa põe em relevo o fato de que os homens são os que mais possuem armas e, ao mesmo tempo, os que mais morrem por armas de fogo. A partir da Lei de Acesso à Informação, o autor quantifica a aquisição de armas entre 2019 e 2023 como um indicador mais preciso sobre “quem eram estas pessoas e onde foram parar estas armas”. A conformação de um tipo social demonstra que são estes homens brancos, politicamente conservadores e desejosos de um exercício de poder sobre as mulheres. Entre os destaques deste artigo, encontramos a continuidade de conflitos rurais, “frequentemente associados a disputas fundiárias”. Esta afirmação é importante para pensarmos as lutas pela terra no Brasil e as mortes que envolvem crimes no campo. Os dados apresentados no artigo evidenciam o impacto da eleição do presidente Jair Bolsonaro sobre a procura das armas de fogo. Outro achado a ser explicitado são dados recentes coletados pelo autor que demonstram uma correlação positiva entre regiões de agronegócio e aquisição de armas de fogo no Brasil.

Retomando o tema da seletividade penal, Tiago Abud e Fernanda Sthel fazem o recorte de uma categoria central dentro do sistema de justiça: os defensores públicos. A partir de minuciosa pesquisa empírica, emerge o questionamento sobre a cor das pessoas submetidas a encarceramento e seu pertencimento a milícias ou a facções do tráfico de drogas. A percepção de que grupos formados por agentes do Estado têm atuado de forma mais frequente e intensa no Rio de Janeiro aparece nos estudos sobre o tema. Este crescimento pode ser verificado nos anos recentes observando as atividades de grupos de policiais militares e civis atuando em Rio das Pedras no início dos anos 2000 até o domínio sobre regiões inteiras como a zona oeste da cidade. Sobre a atuação das facções do tráfico de drogas há uma literatura extensa. Interessa destacar neste artigo a hipótese dos autores, a ser complementada por outras pesquisas, da diferenciação quanto ao tratamento dado aos dois grupos e, no interior destes, aos seus componentes. Seguindo a premissa de Foucault quanto à operação do racismo interno à sociedade, atuando para a “purificação permanente”, os autores destacam a relação entre desigualdade racial e violência e avançam para a centralidade do encarceramento em massa como indicador de seletividade com base em raça. As entrevistas realizadas com defensores públicos são valiosas para desvelar como operam cotidianamente estes grupos, não apenas suas formas de hierarquia e organização, mas no limite o recurso à tortura como instrumento de crescimento e manutenção de seu poder sobre os territórios conquistados. É importante destacar as formas de acordo e consenso construídas entre milicianos e sociedade civil como base para sua legitimidade em

locais como a zona oeste e ao mesmo tempo o estabelecimento dos limites que seriam percebidos como “exagero”, causando complicações aos membros destes grupos frente ao Judiciário. Ao apontar o enfraquecimento do Estado diante dos desafios impostos pela crise na atual área de segurança pública, a conclusão de Abud e Sthel enxerga na atuação das milícias (especificamente, neste caso, contra as facções do tráfico de drogas) um dos efeitos colaterais desta perda do monopólio legítimo da violência.

Fechando a seção de artigos¹, Manuela Blanc apresenta pesquisa na qual estão em disputa diferentes modelos de gestão do espaço no Espírito Santo. Investindo na pesquisa de arenas públicas como universo empírico a ser observado, a autora aposta no caráter colonialista nas formas de gestão das cidades, expressa na perpetuação de formas de manutenção da ordem, sendo a raça um operador definitivo destas ações. Territorialidade, pacto de branquitude e manutenção de privilégios são alguns dos temas que encaminham a forma como o Estado atua na preservação de hierarquias históricas. O “problema da ordem pública” é objeto de pesquisa ao constituir elemento de questões mais amplas sobre segurança pública. No desenvolvimento do seu artigo podemos perceber que o Estado funciona como operador de uma segregação que, tendo base na racialização dos indivíduos, perpetua formas de violência ao longo da história. É nessa matriz colonial do Estado que a autora localiza as formas de estabelecimento do “nós” *versus* o “outro” que serão determinantes para a construção das representações sobre insegurança pública na contemporaneidade. A construção dessas oposições e hierarquias impossibilita a criação de uma vida comum e impõe uma “gramática da desumanização” na qual os moradores da “Casa-Grande” seguem em oposição aos demais espaços ocupados pelos não brancos.

A resenha do livro de Rafael Soares “Milicianos: como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele”, elaborada por Roberto Uchôa, finaliza o dossiê e possibilita a conexão de vários temas abordados pelos autores. Ao longo deste dossiê o leitor foi apresentado às formas pelas quais diferentes grupos (especialmente facções criminosas e agentes do Estado) têm imposto formas de dominação territorial capazes de rivalizar com o Estado enquanto detentor do já referido monopólio da violência legítima. Em sua resenha, o autor destaca a singularidade do fenômeno: tais grupos se originam dentro do próprio aparato estatal. A resenha situa o leitor historicamente e

¹ Nota da edição: além dos artigos temáticos mencionados nesta apresentação, o volume traz dois artigos de tema livre. São eles: “The Brazilian National Truth Commission ten years later: an assessment of its purposes, structure, challenges and legacy”, de Renata Barbosa Ferreira, e “A atual dinâmica socioeconômica e espacial da região das Baixadas Litorâneas fluminense: um diagnóstico e algumas proposições”, de Jorge Luiz Alves Natal, José Luis Vianna da Cruz e Helcio de Medeiros Junior.

acompanha os desdobramentos que chegam até o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, explicitando o desenvolvimento e ampliação do poder das milícias no Rio de Janeiro. Metodologicamente, o arco histórico que possibilita o desenvolvimento das milícias é localizado nos esquadrões da morte. Ou seja, continuidade e ampliação de expedientes cotidianos excessivos quanto ao uso da força, amplos quanto ao tipo de atuação e impunes quanto aos limites de seu crescimento nas décadas pós-redemocratização.

Este dossiê posiciona o leitor sobre questões que atingem a espinha dorsal da democracia. Acompanhamos este período conturbado da história recente, explicitado em disputas territoriais por poder, nas formas que a violência que o país enfrenta a partir destas disputas e na continuidade de assassinatos crescentes e sem resolução. Ainda observamos a contribuição dos artigos quanto à precária capacidade de garantia de direitos dos mais pobres diante do Estado, das facções, das milícias e de outras formas de violação cotidianas.

Luciane Soares da Silva

Doutora em Sociologia, professora associada da Uenf.

com a colaboração de

Vera Telles

Doutora em Sociologia, professora livre-docente sênior do Departamento de Sociologia USP.